



Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Abril/2016

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargo de Analista Judiciário – Área Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova '01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer tipo de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 10, considere o texto abaixo.

Depois que se tinha fartado de ouro, o mundo teve fome de açúcar, mas o açúcar consumia escravos. O esgotamento das minas – que de resto foi precedido pelo das florestas que forneciam o combustível para os fornos –, a abolição da escravatura e, finalmente, uma procura mundial crescente, orientam São Paulo e o seu porto de Santos para o café. De amarelo, passando pelo branco, o ouro tornou-se negro.

Mas, apesar de terem ocorrido essas transformações que tornaram Santos num dos centros do comércio internacional, o local conserva uma beleza secreta; à medida que o barco penetra lentamente por entre as ilhas, experimento aqui o primeiro sobressalto dos trópicos. Estamos encerrados num canal verdejante. Quase podíamos, só com estender a mão, agarrar essas plantas que o Rio ainda mantinha à distância nas suas estufas empoleiradas lá no alto. Aqui se estabelece, num palco mais modesto, o contato com a paisagem.

O arrabalde de Santos, uma planície inundada, crivada de lagoas e pântanos, entrecortada por riachos estreitos e canais, cujos contornos são perpetuamente esbatidos por uma bruma nacarada, assemelha-se à própria Terra, emergindo no começo da criação. As plantações de bananeiras que a cobrem são do verde mais jovem e terno que se possa imaginar: mais agudo que o ouro verde dos campos de juta no delta do Bramaputra, com o qual gosto de o associar na minha recordação; mas é que a própria fragilidade do matiz, a sua gracilidade inquieta, comparada com a suntuosidade tranquila da outra, contribuem para criar uma atmosfera primordial.

Durante cerca de meia hora, roamos por entre bananeiras, mais plantas mastodontes do que árvores anãs, com troncos plenos de seiva que terminam numa girândola de folhas elásticas por sobre uma mão de 100 dedos que sai de um enorme lótus castanho e rosado. A seguir, a estrada eleva-se até os 800 metros de altitude, o cume da serra. Como acontece em toda parte nessa costa, escarpas abruptas protegeram dos ataques do homem essa floresta virgem tão rica que para encontrarmos igual a ela teríamos de percorrer vários milhares de quilômetros para norte, junto da bacia amazônica.

Enquanto o carro geme em curvas que já nem poderíamos qualificar como “cabeças de alfinete”, de tal modo se sucedem em espiral, por entre um nevoeiro que imita a alta montanha de outros climas, posso examinar à vontade as árvores e as plantas estendendo-se perante o meu olhar como espécimes de museu.

(Adaptado de: LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. Coimbra, Edições 70, 1979, p. 82-3)

1. O excerto, que narra a passagem de Lévi-Strauss por Santos, rumo a São Paulo,
 - (A) representa com minúcia uma natureza que foi preservada graças ao desenvolvimento de Santos, impulsionado pelo cultivo do café.
 - (B) descreve a natureza pujante da região, a despeito de seu desenvolvimento econômico, a ponto de recorrer a imagens de cunho religioso para melhor ilustrar seu ponto de vista.
 - (C) tece juízo de valor a respeito do desenvolvimento econômico do Brasil, tendo como pano de fundo sua riqueza natural inexplorada.
 - (D) compara a natureza litorânea de Santos à encontradiça junto ao leito do rio Bramaputra, com vistas a mostrar, paralelamente, o quão luxuriante é a natureza brasileira.
 - (E) lamenta o comércio que teria destruído praticamente toda a beleza natural, reduzindo-a a pequenos e secretos lugares, observáveis apenas em expedições como a que conduzia.

2. Em relação à primeira parte da frase, o segmento ... *orientam São Paulo e o seu porto de Santos para o café* (1^o parágrafo) expressa:
 - (A) finalidade.
 - (B) causa.
 - (C) decorrência.
 - (D) conformidade.
 - (E) proporcionalidade.

3. No primeiro período do segundo parágrafo, as duas orações que não se subordinam a nenhuma outra contêm os seguintes verbos:
 - (A) conserva – experimento
 - (B) terem ocorrido – conserva
 - (C) tornaram – penetra
 - (D) tornaram – experimento
 - (E) conserva – penetra



4. Considere as frases abaixo.
- I. O segmento que se estende de *uma planície inundada* até *uma bruma nacarada* (3º parágrafo) constitui explicação do termo antecedente, de maneira que poderia ser iniciado por “que é”, sem prejuízo para o sentido.
- II. Neste mesmo segmento, as vírgulas poderiam ser substituídas por ponto-e-vírgulas, uma vez que se trata de uma sequência de características atribuídas a um mesmo termo.
- III. No mesmo período, a oração iniciada por *emergindo* pode tanto subordinar-se a *assemelha-se* como a *Terra*.
- Está correto o que consta em
- (A) III, apenas.
(B) I, II e III.
(C) I e II, apenas.
(D) I e III, apenas.
(E) II, apenas.
-
5. A alteração da voz do verbo *poder*, nas duas vezes em que ocorre no último parágrafo, deverá resultar nas seguintes formas, respectivamente:
- (A) se poderia – se pode
(B) poder-se-ia – podem-se
(C) poderiam-se – pode-se
(D) se poderiam – podem-se
(E) se poderiam – se pode
-
6. Mantendo-se a correlação verbal na primeira frase do texto, a substituição de *Depois que* por “Caso”, acarretará as seguintes mudanças nas formas verbais:
- (A) fartasse – terá – iria consumir
(B) fartara – tivera – consumira
(C) teria fartado – teria tido – teria consumido
(D) tenha fartado – terá – consumirá
(E) tivesse fartado – teria – consumiria
-
7. A oração *... de tal modo se sucedem em espiral...* (último parágrafo):
- (A) expressa a consequência da oração precedente, além de introduzir matiz de intensidade.
(B) além de introduzir a causa da oração anterior, expressa certo grau de intensidade.
(C) além de introduzir complemento de modo ou instrumento, expressa uma consequência.
(D) expressa condição, aliada a certo grau de proporcionalidade.
(E) expressa concessão, resultante de uma relação de proporcionalidade.
-
8. *As plantações de bananeiras que a cobrem...* (3º parágrafo)
... com troncos plenos de seiva que terminam numa girândola de folhas... (4º parágrafo)
... que sai de um enorme lótus castanho e rosado... (4º parágrafo)
- Os pronomes sublinhados referem-se respectivamente a:
- (A) bruma – seiva – mão
(B) planície – troncos – mão
(C) planície – troncos – dedos
(D) Terra – seiva – mão
(E) bruma – troncos – dedos
-
9. Uma redação alternativa para o segmento *... mas é que a própria fragilidade do matiz, a sua gracilidade inquieta, comparada com a suntuosidade tranquila da outra, contribuem para criar uma atmosfera primordial* (3º parágrafo), sem prejuízo da correção e do sentido, está em:
- (A) conquanto seja a fragilidade mesma do colorido, aliada à graciosidade fugaz, em contraposição à riqueza consolidada da outra, que contribui para a formação de um clima primaz.
(B) não obstante a própria instabilidade da coloração, à sua gratuidade pode-se comparar o fausto despreocupado da outra, que contribui para instaurar um ambiente primevo.
(C) todavia, é devido à própria fragilidade do tom – à sua graciosidade irrequieta – posta em paralelo com o fausto inabalável da outra, que contribui para inventar um ambiente primordial.
(D) mas é, no entanto, a própria delicadeza do matiz, sua gratuidade inconstante, que, comparada ao luxo estável da outra, contribui para a conformação de um meio ambiente ancestral.
(E) é, todavia, porque a própria fragilidade da coloração e a sua graciosidade instável, comparada ao fausto tranquilo da outra, contribuem para conformar uma ambientação primitiva.



10. As orações reduzidas ...*para encontrarmos igual a ela...* (4º parágrafo) e ...*estendendo-se perante o meu olhar...* (último parágrafo), no contexto em que ocorrem, podem ser distendidas da seguinte forma:

- (A) para que tivéssemos encontrado igual a ela / de modo que se estendem perante o meu olhar
- (B) para que encontremos igual a ela / as quais se estendem perante o meu olhar
- (C) para que encontrássemos igual a ela / que se estendem perante o meu olhar
- (D) para que encontrássemos igual a ela / quando se estendem perante o meu olhar
- (E) para que encontremos igual a ela / desde que se estendam perante o meu olhar

Atenção: Para responder às questões de números 11 a 18, considere o texto abaixo.

Estava mal chegando a São Paulo, quando um repórter me provocou: "Mas como, Chico, mais um samba? Você não acha que isso já está superado?" Não tive tempo de me defender ou de atacar os outros, coisa que anda muito em voga. Já era hora de enfrentar o dragão, como diz o Tom, enfrentar as luzes, os cartazes, e a plateia, onde distingi um caro colega regendo um coro pra frente, de franca oposição. Fiquei um pouco desconcertado pela atitude do meu amigo, um homem sabidamente isento de preconceitos. Foi-se o tempo em que ele me censurava amargamente, numa roda revolucionária, pelo meu desinteresse em participar de uma passeata cívica contra a guitarra elétrica. Nunca tive nada contra esse instrumento, como nada tenho contra o tamborim. O importante é Mutantes e Martinho da Vila no mesmo palco.

Mas, como eu ia dizendo, estava voltando da Europa e de sua música estereotipada, onde samba, toada etc. são ritmos virgens para seus melhores músicos, indecifráveis para seus cérebros eletrônicos. "Só tenho uma opção, confessou-me um italiano – sangue novo ou a antimúsica. Veja, os Beatles, foram à Índia..." Donde se conclui como precipitada a opinião, entre nós, de que estaria morto o nosso ritmo, o lirismo e a malícia, a malemolência. É certo que se deve romper com as estruturas. Mas a música brasileira, ao contrário de outras artes, já traz dentro de si os elementos de renovação. Não se trata de defender a tradição, família ou propriedade de ninguém. Mas foi com o samba que João Gilberto rompeu as estruturas da nossa canção. E se o rompimento não foi universal, culpa é do brasileiro, que não tem vocação pra exportar coisa alguma.

Quanto a festival, acho justo que estejam todos ansiosos por um primeiro prêmio. Mas não é bom usar de qualquer recurso, nem se deve correr com estrondo atrás do sucesso, senão ele se assusta e foge logo. E não precisa dar muito tempo para se perceber "que nem toda loucura é genial, como nem toda lucidez é velha".

(Adaptado de: HOLANDA, Chico Buarque de, *apud* Adélia B. de Menezes, **Desenho Mágico**: Poesia e Política em Chico Buarque, São Paulo, Ateliê, 2002, p. 28-29)

11. De acordo com o texto,

- (A) o convívio harmônico entre as mais variadas tendências é característica encontrada não apenas em nossa música, mas também em artistas europeus.
- (B) muito embora o samba seja parte da nova música, o que caracteriza essencialmente sua originalidade se deve à influência externa.
- (C) se os elementos novos na música não devem ser descartados peremptoriamente, tampouco a grande inovação menospreza o que a precede.
- (D) foi a partir do exemplo estrangeiro que João Gilberto soube revolucionar a música brasileira, ainda que os elementos para tanto sejam essencialmente locais.
- (E) há uma nítida diferença entre a música brasileira e a europeia, já que aquela se caracteriza, ao contrário desta, por uma ausência de diálogo com a tradição.

12. Depreende-se da frase ... *nem toda loucura é genial, como nem toda lucidez é velha* que

- (A) a loucura, o mais das vezes, é vista como uma característica que marca a singularidade, enquanto a lucidez é um atributo costumeiro da velhice.
- (B) essas duas características, lucidez e loucura, devem ser vistas com reserva, uma vez que a fronteira entre ambas nem sempre é clara.
- (C) as inovações, por mais lúcidas que sejam, devem algo à loucura, pois é mediante o abandono da causalidade natural que se obtém algo inusitado.
- (D) ambas as características podem conviver em obras de arte de vanguarda, uma vez que não são conflitantes.
- (E) a genialidade pode ter algo de lucidez, embora, para que isso ocorra, tenha de negar a loucura, podendo ocorrer o inverso, o que caracteriza essencialmente a inovação.



13. Sem prejuízo para a correção e o sentido, pode-se acrescentar uma vírgula imediatamente após o termo
- (A) "E", em *E se o rompimento não foi universal...* (2º parágrafo)
 - (B) "Mas", em *Mas não é bom usar de qualquer recurso...* (3º parágrafo)
 - (C) "e", em *... se assusta e foge logo* (3º parágrafo)
 - (D) "Mas", em *Mas foi com o samba que João Gilberto...* (2º parágrafo)
 - (E) "Mas", em *Mas como, Chico, mais um samba?* (1º parágrafo)
-
14. No segmento ... *nem se deve correr com estrondo atrás do sucesso, senão ele se assusta e foge logo* (3º parágrafo), o termo sublinhado pode ser substituído, mantendo-se a lógica e o sentido original, por:
- (A) exceto se
 - (B) salvo
 - (C) do contrário
 - (D) não obstante
 - (E) por mais que
-
15. Considere as afirmativas abaixo.
- I. O termo "coisa" (1º parágrafo) pode ser substituído por "o" com função de pronome, uma vez que, no período, retoma o segmento que o antecede.
 - II. As orações "de atacar os outros" (1º parágrafo) e "de defender a tradição" (2º parágrafo) servem de complemento ao sentido do verbo a que se referem.
 - III. Na frase *Mas foi com o samba que João Gilberto rompeu...* (2º parágrafo), o pronome "que" retoma "samba", além de ser elemento subordinante a introduzir uma nova oração.
- Está correto o que consta de
- (A) II e III, apenas.
 - (B) I, II e III.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) I, apenas.
 - (E) III, apenas.
-
16. *Estava mal chegando a São Paulo, quando um repórter me provocou: "Mas como, Chico, mais um samba? Você não acha que isso já está superado?"* (1º parágrafo)
- Mantendo-se, em linhas gerais, o sentido original, o trecho acima está corretamente reescrito, em um único período, em:
- (A) Cheguei a São Paulo quando um repórter, questionando-me por que mais um samba – se eu não achava que isso já estava superado –, provocou-me.
 - (B) Quando um repórter, recém-chegando a São Paulo, provocou-me questionando porque mais um samba e se eu não acharia que isso já estaria superado.
 - (C) Quando um repórter me provocou e me questionou: por que mais um samba e se eu não acho que isso já está superado?
 - (D) Chegando a São Paulo, um repórter me provocou ao questionar-me por que eu iria escrever mais um samba e se eu não achava que isso já estivesse superado.
 - (E) Recém-chegado a São Paulo, fui provocado por um repórter, que me questionava por que mais um samba e se eu não achava que isso já estava superado.
-
17. O verbo que pode ser indiferentemente flexionado no singular ou no plural encontra-se em:
- (A) ... *enfrentar as luzes, os cartazes, e a plateia...* (1º parágrafo)
 - (B) *Mas a música brasileira, ao contrário de outras artes, já traz dentro de si os elementos de renovação.* (2º parágrafo)
 - (C) *Veja, os Beatles, foram à Índia...* (2º parágrafo)
 - (D) *O importante é Mutantes e Martinho da Vila no mesmo palco.* (1º parágrafo)
 - (E) ... *onde samba, toada etc. são ritmos virgens para seus melhores músicos...* (2º parágrafo)
-
18. Sem que se altere o sentido da frase, todas as vírgulas podem ser substituídas por travessão, EXCETO em:
- (A) *Não se trata de defender a tradição, família ou propriedade...* (2º parágrafo)
 - (B) *Fiquei um pouco desconcertado pela atitude do meu amigo, um homem...* (1º parágrafo)
 - (C) *Mas, como eu ia dizendo, estava voltando da Europa...* (2º parágrafo)
 - (D) ... *como precipitada, entre nós, de que estaria morto...* (2º parágrafo)
 - (E) *Mas a música brasileira, ao contrário de outras artes, já traz...* (2º parágrafo)



Atenção: Para responder às questões de números 19 a 24, considere o texto abaixo.

O museu é considerado um instrumento de neutralização – e talvez o seja de fato. Os objetos que nele se encontram reunidos trazem o testemunho de disputas sociais, de conflitos políticos e religiosos. Muitas obras antigas celebram vitórias militares e conquistas: a maior parte presta homenagem às potências dominantes, suas financiadoras. As obras modernas são, mais genericamente, animadas pelo espírito crítico: elas protestam contra os fatos da realidade, os poderes, o estado das coisas. O museu reúne todas essas manifestações de sentido oposto. Expõe tudo junto em nome de um valor que se presume partilhado por elas: a qualidade artística. Suas diferenças funcionais, suas divergências políticas são apagadas. A violência de que participavam, ou que combatiam, é esquecida. O museu parece assim desempenhar um papel de pacificação social. A guerra das imagens extingue-se na pacificação dos museus.

Todos os objetos reunidos ali têm como princípio o fato de terem sido retirados de seu contexto. Desde então, dois pontos de vista concorrentes são possíveis. De acordo com o primeiro, o museu é por excelência o lugar de advento da Arte enquanto tal, separada de seus pretextos, libertada de suas sujeições. Para o segundo, e pela mesma razão, é um "depósito de despojos". Por um lado, o museu facilita o acesso das obras a um status estético que as exalta. Por outro, as reduz a um destino igualmente estético, mas, desta vez, concebido como um estado letárgico.

A colocação em museu foi descrita e denunciada frequentemente como uma desvitalização do simbólico, e a musealização progressiva dos objetos de uso como outros tantos escândalos sucessivos. Ainda seria preciso perguntar sobre a razão do "escândalo". Para que haja escândalo, é necessário que tenha havido atentado ao sagrado. Diante de cada crítica escandalizada dirigida ao museu, seria interessante desvendar que valor foi previamente sacralizado. A Religião? A Arte? A singularidade absoluta da obra? A Revolta? A Vida autêntica? A integridade do Contexto original? Estranha inversão de perspectiva. Porque, simultaneamente, a crítica mais comum contra o museu apresenta-o como sendo, ele próprio, um órgão de sacralização. O museu, por retirar as obras de sua origem, é realmente "o lugar simbólico onde o trabalho de abstração assume seu caráter mais violento e mais ultrajante". Porém, esse trabalho de abstração e esse efeito de alienação operam em toda parte. É a ação do tempo, conjugada com nossa ilusão da presença mantida e da arte conservada.

(Adaptado de: GALARD, Jean. **Beleza Exorbitante**. São Paulo, Fap.-Unifesp, 2012, p. 68-71)

19. De acordo com o texto,

- (A) o museu, enquanto depósito de despojos, confere destaque às características estéticas das obras, uma vez que apaga seu contexto social de produção.
- (B) o caráter antagônico dos museus pode ser expresso por dois pontos de vista: o da neutralização das obras modernas e o da evidenciação das lutas políticas nas obras antigas.
- (C) a crítica ao museu como um lugar que desmistifica a arte traz em seu bojo uma contradição, pois as acusações mais comuns lhe imputavam o mais das vezes a sacralização das obras.
- (D) o contexto original das obras, restaurado pelos museus, não oblitera as razões sociopolíticas que as engendraram, o que costuma ser motivo de crítica a essas instituições.
- (E) a junção das mais diversas obras de arte evidencia os conflitos políticos que as motivaram e que opõem diferentes matrizes estéticas, de modo que a função pacificadora dos museus pode ser questionada.

20. *A violência de que participavam, ou que combatiam, é esquecida. O museu parece assim desempenhar um papel de pacificação social.* (1º parágrafo)

Mantendo-se, em linhas gerais, o sentido original, caso a segunda frase seja subordinada à primeira, o período resultante será:

- (A) Como a violência de que participavam, ou que combatiam, é esquecida, o museu parece desempenhar um papel de pacificação social.
- (B) A violência de que participavam, ou que combatiam, é esquecida, de maneira que o museu parece desempenhar um papel de pacificação social.
- (C) A violência de que participavam, ou que combatiam, é esquecida; portanto, o museu parece desempenhar um papel de pacificação social.
- (D) O museu parece desempenhar um papel de pacificação social, uma vez que a violência de que participavam, ou que combatiam, é esquecida.
- (E) Conquanto o museu pareça desempenhar um papel de pacificação social, a violência de que participavam, ou que combatiam, é esquecida.



21. Atente para as afirmativas abaixo.

- I. Em ... *presta homenagem às potências dominantes...* (1º parágrafo), o sinal indicativo de crase pode ser suprimido excluindo-se também o artigo definido, sem prejuízo para a correção.
- II. O acento em "têm" (2º parágrafo) é de caráter diferencial, em razão da semelhança com a forma singular "tem", diferentemente do acento aplicado a "porém" (3º parágrafo), devido à tonicidade da última sílaba, terminada em "em".
- III. Os acentos nos termos "excelência" (2º parágrafo) e "necessário" (3º parágrafo) devem-se à mesma razão.

Está correto o que consta em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

22. ... *suas financiadoras* (1º parágrafo)
Suas diferenças funcionais... (1º parágrafo)
... seu caráter mais violento... (3º parágrafo)

Os pronomes dos trechos acima referem-se, respectivamente, a:

- (A) vitórias militares – manifestações – museu
- (B) vitórias militares – obras modernas – museu
- (C) potências dominantes – obras modernas – trabalho de abstração
- (D) potências dominantes – manifestações – trabalho de abstração
- (E) potências dominantes – obras modernas – museu

23. A frase que NÃO admite transposição para a voz passiva encontra-se em:

- (A) ... *o acesso das obras a um status estético que as exalta.* (2º parágrafo)
- (B) ... *elas protestam contra os fatos da realidade, os poderes...* (1º parágrafo)
- (C) *Muitas obras antigas celebram vitórias militares e conquistas...* (1º parágrafo)
- (D) *O museu, por retirar as obras de sua origem...* (3º parágrafo)
- (E) ... *a crítica mais comum contra o museu apresenta-o...* (3º parágrafo)

24. Na frase *Diante de cada crítica escandalizada dirigida ao museu, seria interessante desvendar que valor foi previamente sacralizado* (3º parágrafo), a oração sublinhada complementa o sentido de

- (A) um substantivo, e pode ser considerada como interrogativa indireta.
- (B) um verbo, e pode ser considerada como interrogativa direta.
- (C) um verbo, e pode ser considerada como interrogativa indireta.
- (D) um substantivo, e pode ser considerada como interrogativa direta.
- (E) um advérbio, e pode ser considerada como interrogativa indireta.

25. A respeito da concordância verbal, é correto afirmar:

- (A) Em "A aquisição de novas obras devem trazer benefícios a todos os frequentadores", a concordância está correta por se tratar de expressão partitiva.
- (B) Em "Existe atualmente, no Brasil, cerca de 60 museus", a concordância está correta, uma vez que o núcleo do sujeito é "cerca".
- (C) Na frase "Hão de se garantir as condições necessárias à conservação das obras de arte", o verbo "haver" deveria estar no singular, uma vez que é impessoal.
- (D) Em "Acredita-se que 25% da população frequentem ambientes culturais", a concordância está correta, uma vez que a porcentagem é o núcleo do segmento nominal.
- (E) Na frase "A maioria das pessoas não frequentam o museu", o verbo encontra-se no plural por concordar com "pessoas", ainda que pudesse, no singular, concordar com "maioria".

**Raciocínio Lógico-Matemático**

26. Considere verdadeiras as afirmações abaixo.

- I. Ou Bruno é médico, ou Carlos não é engenheiro.
- II. Se Durval é administrador, então Eliane não é secretária.
- III. Se Bruno é médico, então Eliane é secretária.
- IV. Carlos é engenheiro.

A partir dessas afirmações, pode-se concluir corretamente que

- (A) Eliane não é secretária e Durval não é administrador.
- (B) Bruno não é médico ou Durval é administrador.
- (C) se Eliane não é secretária, então Bruno não é médico.
- (D) Carlos é engenheiro e Eliane não é secretária.
- (E) se Carlos é engenheiro, então Eliane não é secretária.

27. Considere verdadeiras as afirmações abaixo.

- I. Todos os analistas que são advogados, são contadores também.
- II. Nem todos os contadores que são advogados, são analistas também.
- III. Há advogados que são apenas advogados e isso também acontece com alguns analistas, mas não acontece com qualquer um dos contadores.

A partir dessas afirmações, é possível concluir corretamente que

- (A) todo analista é advogado e é também contador.
- (B) qualquer contador que seja analista é advogado também.
- (C) existe analista que é advogado e não é contador.
- (D) todo contador que é advogado é também analista.
- (E) existe analista que não é advogado e existe contador que é analista.

28. O senhor A investiu a quantia de x em um produto financeiro que apresentou queda constante e sucessiva de 10% ao ano por, pelo menos, 10 anos. Simultaneamente, o senhor B investiu a quantia de $27x$ (27 vezes a quantia x) em um produto financeiro que apresentou queda constante e sucessiva de 70% ao ano por, pelo menos, 10 anos. A partir do início desses dois investimentos, o número de anos completos necessários para que o montante investido pelo senhor A se tornasse maior que o montante investido pelo senhor B é igual a

- (A) 2.
- (B) 4.
- (C) 6.
- (D) 3.
- (E) 5.

29. Uma herança de R\$ 82.000,00 será repartida de modo inversamente proporcional às idades, em anos completos, dos três herdeiros. As idades dos herdeiros são: 2, 3 e x anos. Sabe-se que os números que correspondem às idades dos herdeiros são números primos entre si (o maior divisor comum dos três números é o número 1) e que foi R\$ 42.000,00 a parte da herança que o herdeiro com 2 anos recebeu. A partir dessas informações o valor de x é igual a

- (A) 7.
- (B) 5.
- (C) 11.
- (D) 1.
- (E) 13.



30. A diferença entre o 12^{o} e o 13^{o} , nessa ordem, termos da sequência lógica matemática (20; 20; 15; 30; 20; 60; 40; 160; 120; 600; 520; ...) é igual a
- (A) 220.
(B) -80.
(C) 160.
(D) -120.
(E) 1200.
-
31. Seja A o quociente da divisão de 8 por 3. Seja B o quociente da divisão de 15 por 7. Seja C o quociente da divisão de 14 por 22. O produto $A \cdot B \cdot C$ é igual a
- (A) 3,072072072 ...
(B) 3,636363 ...
(C) 3,121212 ...
(D) 3,252525 ...
(E) 3,111 ...
-
32. Uma indústria produz um tipo de máquina que demanda a ação de grupos de funcionários no preparo para o despacho ao cliente. Um grupo de 20 funcionários prepara o despacho de 150 máquinas em 45 dias. Para preparar o despacho de 275 máquinas, essa indústria designou 30 funcionários. O número de dias gastos por esses 30 funcionários para preparem essas 275 máquinas é igual a
- (A) 55.
(B) 36.
(C) 60.
(D) 72.
(E) 48.
-
33. As letras da expressão $x - (w - y) - (z - h)$, representam números diferentes e serão substituídas, uma a uma e para efeito de cálculo, pelos números naturais 9; 12; 13; 15 e 17, não necessariamente nessa ordem. Opere apenas no conjunto dos números naturais. Para que o resultado da expressão seja 8, as letras w e h devem ser substituídas, respectivamente, por
- (A) 15 e 13.
(B) 17 e 12.
(C) 13 e 9.
(D) 15 e 12.
(E) 17 e 9.
-
34. Considere, abaixo, as afirmações e o valor lógico atribuído a cada uma delas entre parênteses.
- Ou Júlio é pintor, ou Bruno não é cozinheiro (afirmação FALSA).
 - Se Carlos é marceneiro, então Júlio não é pintor (afirmação FALSA).
 - Bruno é cozinheiro ou Antônio não é pedreiro (afirmação VERDADEIRA).
- A partir dessas afirmações,
- (A) Júlio não é pintor e Bruno não é cozinheiro.
(B) Antônio é pedreiro ou Bruno é cozinheiro.
(C) Carlos é marceneiro e Antônio não é pedreiro.
(D) Júlio é pintor e Carlos não é marceneiro.
(E) Antônio é pedreiro ou Júlio não é pintor.



35. Em uma empresa, um funcionário deve cumprir exatas 8 horas de trabalho em um dia. Certo dia, um funcionário trabalhou 2 horas e 14 minutos; em seguida trabalhou outras 3 horas e 38 minutos. A fração da carga diária de tempo de trabalho que esse funcionário ainda deve cumprir nesse dia é igual a
- (A) $\frac{4}{15}$.
- (B) $\frac{1}{4}$.
- (C) $\frac{3}{5}$.
- (D) $\frac{3}{8}$.
- (E) $\frac{7}{20}$.

Noções de Direito Penal

36. Tício instalou um dispositivo na entrada de água de sua residência, através do qual a maior parte da água passou a entrar no imóvel sem passar pelo relógio e sem ser registrada. Tício
- (A) não praticou delito algum.
- (B) cometeu crime de furto qualificado pela fraude.
- (C) cometeu crime de furto simples.
- (D) cometeu crime de furto de coisa comum.
- (E) cometeu crime de furto qualificado pela destreza.
-
37. Peter, pessoa de grande porte físico, agarrou Paulus pelas costas e o imobilizou com uma "gravata". Com a vítima imobilizada, subtraiu-lhe a carteira, o celular e o relógio. Em seguida, deixou o local e soltou a vítima que não sofreu nenhum ferimento. Peter cometeu crime de
- (A) extorsão simples.
- (B) furto qualificado pela destreza.
- (C) roubo qualificado.
- (D) roubo simples.
- (E) extorsão qualificada.
-
38. Lucius, funcionário público, escrevente de cartório de secretaria de Vara Criminal, apropriou-se de um relógio valioso que foi remetido ao Fórum juntamente com os autos do inquérito policial no qual foi objeto de apreensão. Lucius cometeu crime de
- (A) apropriação de coisa achada.
- (B) apropriação indébita simples.
- (C) apropriação indébita qualificada pelo recebimento da coisa em razão de ofício, emprego ou profissão.
- (D) apropriação de coisa havida por erro.
- (E) peculato.
-
39. A respeito do crime de advocacia administrativa, considere:
- I. Caracteriza-se mesmo que o interesse privado patrocinado seja legítimo.
- II. Não se caracteriza se o patrocínio for feito por terceira pessoa que apareça como procurador.
- III. Só pode ser cometido por advogado.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I e II.
- (B) I.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) III.
-
40. A respeito dos Crimes contra a Administração pública, é INCORRETO afirmar que
- (A) o particular pode ser coautor do crime de concussão.
- (B) comete o crime de excesso de exação o funcionário que emprega meio vexatório na cobrança de tributo.
- (C) o crime de prevaricação exige o intuito do agente de satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- (D) comete crime de corrupção passiva quem oferece dinheiro a funcionário público para determiná-lo a retardar ato de ofício.
- (E) o ato de desferir um tapa no rosto de funcionário público, em razão da sua função, sem causar lesão, pode caracterizar o crime de desacato.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Administração Geral e Pública

41. Atualmente, o processo de gestão estratégica de pessoas tem como um dos principais objetivos sustentar o caminho das organizações na direção da visão, missão, objetivos estratégicos e valores organizacionais. Verifica-se, portanto, uma significativa mudança (na gestão de pessoas), passando de uma abordagem tradicional e operacional para uma abordagem moderna e estratégica. É exemplo desse movimento:
- (A) Aversão à instabilidade, com a adoção de normas pré-estabelecidas de promoção e desligamento.
- (B) Ênfase na eficiência, abandonando o conceito de eficácia, este que é próprio do modelo operacional.
- (C) Concentração, na área responsável pela gestão de RH, das atividades de recrutamento e administração de pessoal.
- (D) Responsabilidade de linha, sendo cada gestor responsável pelos recursos humanos alocados em seu departamento.
- (E) Função de staff, consistente no suporte que todos os gestores devem proporcionar à área de RH, no processo de alinhamento organizacional.
-
42. Cultura e clima organizacional são conceitos fortemente imbricados entre si, o que não impede, contudo, a identificação de elementos e aspectos próprios de cada um deles. Nesse sentido, a literatura enfatiza que
- (A) uma das funções do clima organizacional é gerar senso de identidade aos membros da organização.
- (B) a cultura organizacional retrata o grau de identificação e satisfação do indivíduo com os valores perseguidos pela organização.
- (C) o clima organizacional é verificado no âmbito psicológico de cada colaborador, enquanto a cultura organizacional corresponde à percepção coletiva de aspectos materiais e emocionais.
- (D) a cultura organizacional diz respeito, exclusivamente, a aspectos tangíveis da instituição e, portanto, claramente identificados e praticados.
- (E) o clima organizacional está relacionado diretamente com o grau de satisfação dos membros da organização e influencia a produtividade.
-
43. Considere que, em uma abordagem acerca da motivação verificada em determinado ambiente de trabalho, um dos aspectos considerados sejam os denominados fatores de higiene. Referida abordagem diz respeito à Teoria
- (A) Bifatorial, preconizada por Herzberg, na qual tais fatores são insatisfacentes, ou seja, previnem a insatisfação.
- (B) X e Y, de Macgregor, que sustenta a concepção negativa da natureza humana, segundo a qual o homem precisa ser forçado a trabalhar.
- (C) da Hierarquia das Necessidades Humanas, criada por Maslow, que aloca tais fatores no topo da pirâmide.
- (D) ERC, defendida por Clayton Alderfer, fundada no reforço positivo e negativo dos comportamentos padrão.
- (E) das Necessidades Adquiridas, defendida por McClelland, na qual o principal fator a ser considerado é a recompensa envolvida em determinada ação.
-
44. A aplicação das diferentes metodologias de avaliação de desempenho pode apresentar falhas, na maioria das vezes decorrentes de erros e distorções cometidos pelo avaliador. Uma dessas falhas é conhecida como efeito Halo, que corresponde a
- (A) generalização, nivelando o julgamento de uma pessoa a partir de um aspecto (quesito) do desempenho avaliado.
- (B) pré-julgamento, partindo de premissas como formação acadêmica e experiências anteriores para a formação do julgamento sobre determinada pessoa.
- (C) horizontalização da avaliação, sem levar em conta as sinergias que os diversos aspectos avaliados devem representar no resultado final.
- (D) formalismo exacerbado, decorrente da aplicação de conceitos técnicos, dissociados da realidade da organização.
- (E) mimetismo, decorrente da não padronização da avaliação e excesso de "customização" em função das peculiaridades de cada organização.
-
45. O *Balanced Scorecard* – BSC corresponde a um modelo de gestão estratégica que alinha missão, visão e estratégia da organização a um conjunto de indicadores
- (A) classificados como forças, fraquezas, ameaças e desafios.
- (B) divididos entre individuais e corporativos.
- (C) que levam em conta, entre outras, a perspectiva dos clientes.
- (D) entre os quais predominam os de natureza procedimental.
- (E) dos quais se excluem os de natureza estritamente financeira.
-
46. A maturidade no gerenciamento de projetos é aplicável em se tratando de projetos repetitivos ou reiterados, onde o aprendizado oriundo de projetos anteriores e a implantação de inovações sugerem a melhoria das práticas e a sua padronização. Nesse sentido, um dos conceitos aplicados para identificar o grau de maturidade no gerenciamento de projetos é o *benchmarking*, que corresponde
- (A) à concentração da supervisão dos projetos no âmbito da gerência da organização, objetivando maior controle e eficácia.
- (B) à adoção de modelos padronizados e testados no mercado para o gerenciamento de projetos comuns, não aplicável, contudo, em projetos complexos.
- (C) ao ciclo de melhoria contínua praticado pela organização e representado por etapas de aquisição de conhecimento.
- (D) à disseminação dos conceitos de excelência na gestão de projetos no âmbito da organização, através de treinamentos contínuos e avaliações de resultados.
- (E) à comparação das práticas e resultados do gerenciamento de projetos verificadas na organização com as existentes em outras organizações de sucesso.



<p>47. As teorias situacionais sobre liderança, diversamente das teorias comportamentais, preconizam que o líder deve agir de acordo com as contingências e situações apresentadas pelo ambiente. Exemplo desta corrente é o denominado Modelo de Fiedler, que isola três critérios situacionais, entre os quais:</p> <p>(A) poder de posição: poder formal disponível para o líder.</p> <p>(B) resiliência: resistência a situações adversas.</p> <p>(C) persuasão: capacidade de convencimento em relação ao grupo.</p> <p>(D) poder de coesão: fundamental para a condução da equipe.</p> <p>(E) plasticidade: capacidade de adaptação a diferentes cenários.</p>	<p>50. O modelo de excelência em gestão preconizado pela Fundação Nacional de Qualidade – FNQ consiste na apresentação de um sistema gerencial constituído por diversos fundamentos e critérios, que orientam a adoção de práticas de gestão nas organizações públicas e privadas, com a finalidade de levar as organizações brasileiras a padrões de desempenho reconhecidos pela sociedade e à excelência em gestão. São exemplos desses fundamentos e critérios, respectivamente:</p> <p>(A) resultados e visão de futuro.</p> <p>(B) sociedade e aprendizado organizacional.</p> <p>(C) clientes e pensamento sistêmico.</p> <p>(D) geração de valor e processos.</p> <p>(E) eficiência e transparência.</p>
<p>48. Sobre os objetivos e características do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, implementado nos anos 1990, no âmbito federal, considere:</p> <p>I. Publicização, que corresponde à assunção, pelo Estado, dos serviços próprios do denominado Núcleo Estratégico.</p> <p>II. Flexibilização, oferecendo aos gestores maior autonomia e estabelecendo o controle e cobrança de resultados <i>a posteriori</i>.</p> <p>III. Desestatização, que compreende a privatização, a terceirização e a desregulamentação.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) II.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III.</p>	<p>51. Considere que determinada entidade integrante da Administração Indireta pretenda aprimorar seus processos de trabalho, redesenhando e otimizando os processos já padronizados, utilizando os conceitos de BPM – <i>Business Process Management</i>. Nesse contexto, uma das ferramentas disponíveis e consagradas no mercado, que pode ser utilizada para a automação dos processos de negócios da referida entidade é</p> <p>(A) Diagrama de Pareto.</p> <p>(B) ERP – <i>Enterprise Resource Planning</i>.</p> <p>(C) EAP – Estrutura Analítica do Processo.</p> <p>(D) CPM – <i>Critical Path Method</i>.</p> <p>(E) PERT – <i>Program Evaluation and Review Technique</i>.</p>
<p>49. Considere que determinada organização esteja promovendo uma ampla revisão de sua estrutura funcional, redefinindo a configuração, a distribuição e inter-relação dos cargos existentes. No âmbito de tal processo, deve ter-se em mente que:</p> <p>I. A análise de cargos diz respeito aos seus aspectos intrínsecos e consiste em enumerar as tarefas, atribuições e responsabilidades que compõem o cargo.</p> <p>II. A descrição de cargos leva em conta seus aspectos extrínsecos, definindo os requisitos que o cargo impõe a seu ocupante.</p> <p>III. O desenho de cargos, quando adotado o modelo contingencial, leva em conta as variáveis: pessoas, tarefa e estrutura da organização.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) III.</p> <p>(C) I.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) II e III.</p>	<p>52. Entre as metodologias comumente aplicadas para avaliação de desempenho existe a Avaliação Participativa por Objetivos – APPO e a Avaliação 360° ou circular, que consideram, respectivamente,</p> <p>(A) processo participativo de escolha de indicadores e metas que serão utilizados na mensuração do resultado; registro dos aspectos excepcionalmente positivos e negativos do avaliado.</p> <p>(B) escolha binária entre objetivos (metas) estabelecidas pelo avaliador; autoavaliação, avaliação da equipe e da chefia.</p> <p>(C) estabelecimento consensual de objetivos entre gerentes e subordinados; recebimento de <i>feedbacks</i> (retornos) das pessoas com quem o avaliado se relaciona.</p> <p>(D) fixação de objetivos, indicadores e metas pela própria equipe avaliada; escolha forçada de respostas constantes de formulário que indica soluções para problemas potenciais.</p> <p>(E) procedimentos intuitivos para a escolha dos objetivos da organização; entrevistas com os gerentes, visando identificar os fatores que afetam o desempenho dos subordinados.</p> <p>53. Considere que determinada organização tenha optado por agrupar suas atividades concentrando em um mesmo órgão aquelas da mesma natureza ou especialidade, contemplando, por exemplo, departamento de contabilidade, de vendas e de pessoal. O critério de departamentalização adotado pela referida organização é:</p> <p>(A) o funcional.</p> <p>(B) por produtos.</p> <p>(C) por clientela.</p> <p>(D) o estrutural.</p> <p>(E) o finalístico.</p>



Noções de Administração Financeira e Orçamentária e Orçamento Público

54. Um analista judiciário examinou o orçamento previsto para o Poder Judiciário referente ao exercício de 2015 e verificou que a peça orçamentária abordou aspecto relacionado ao cumprimento do princípio orçamentário da exclusividade. Ele chegou a essa conclusão porque a peça orçamentária

- (A) foi elaborada para um período determinado.
- (B) autorizou a contratação de operação de crédito.
- (C) conteve dotações específicas para despesas com pessoal.
- (D) foi autorizada pelo Poder Legislativo.
- (E) incluiu todas as receitas e todas as despesas.

55. Nos termos da Constituição Federal é conteúdo da Lei Orçamentária Anual:

- I. Orçamento fiscal referente aos fundos da União.
- II. O orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- III. Autorização para abertura de créditos suplementares.
- IV. Autorização para contratação de operação de crédito por antecipação de receita.
- V. Critérios e formas para limitação de empenho.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, III, IV e V.
- (C) I, III, IV e V.
- (D) I, II, IV e V.
- (E) I, II, III e V.

56. Quanto ao processo de elaboração, discussão, votação e aprovação da proposta orçamentária, a Constituição Federal estabelece que

- (A) o projeto de lei relativo ao orçamento anual será apreciado pela Câmara dos Deputados, cabendo ao Senado apenas o acompanhamento do atendimento aos limites constitucionais.
- (B) uma das fontes de recursos admitida para emendas ao projeto de lei do orçamento anual é a anulação de despesa que incida sobre dotações de pessoal e encargos.
- (C) no caso de emendas ao projeto da lei do orçamento anual, somente são admitidas as indicações de recursos advindos de anulação de despesa.
- (D) as emendas ao projeto da lei do orçamento anual serão apresentadas ao Presidente da República, responsável por sua apreciação.
- (E) em qualquer momento o Presidente da República pode enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificações no projeto da lei orçamentária anual.

57. No que se refere à matéria orçamentária, considere:

- I. Concessão ou utilização de créditos ilimitados.
- II. Realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.
- III. Realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas correntes.
- IV. Transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A Constituição Federal VEDA expressamente o que consta em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.

58. Sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, considere:

- I. Condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.
- II. Metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
- III. Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita.
- IV. Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- V. Passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

É conteúdo obrigatório da citada lei o que consta em

- (A) II, IV e V, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II, III, IV e V, apenas.
- (D) I, II, III, IV e V.
- (E) I, III, IV e V, apenas.

59. No que se refere às receitas públicas, a Lei nº 4.320/1964 estabelece que

- (A) receita tributária e receita não tributária são espécies de categorias econômicas.
- (B) receitas tributária e patrimonial são espécies de receitas de capital.
- (C) o superávit do orçamento corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes não constitui item de receita orçamentária.
- (D) a receita proveniente da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas é classificada como receita corrente.
- (E) a receita advinda de tributo tem seu produto destinado a custear apenas atividades gerais.



<p>60. A Lei nº 4.320/1964 determina que os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos. Essa regra é absoluta em relação</p> <p>(A) ao crédito adicional especial, apenas. (B) ao crédito adicional suplementar, apenas. (C) ao crédito adicional extraordinário, apenas. (D) aos créditos adicionais especial e suplementar. (E) aos créditos adicionais especial e extraordinário.</p>	<p>64. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Para tanto, fixou regras e limites para gastos com pessoal e endividamento público. A base de cálculo para aferição desses limites é</p> <p>(A) o resultado orçamentário do exercício. (B) o resultado financeiro do exercício. (C) a receita corrente líquida. (D) a receita líquida, calculada pelo somatório das receitas correntes e de capital. (E) a receita advinda de impostos.</p>
<p>61. Nos termos da Lei nº 4.320/1964, o repasse de valores destinados a cobrir despesas de custeio de entidades</p> <p>(A) é limitado a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem fins lucrativos. (B) é ato contábil classificado como inversão financeira. (C) é considerado despesa de capital se for destinado a empresas de caráter industrial ou comercial. (D) pode ter caráter social ou econômico. (E) somente podem ter caráter econômico se destinado a empresas públicas.</p>	<p>65. No que se refere à escrituração e consolidação das contas públicas, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que</p> <p>(A) no caso de demonstrações das variações patrimoniais conjuntas, deverão ser excluídas as operações intragovernamentais. (B) a despesa, a assunção de compromisso e o resultado do fluxo financeiro devem ser registrados pelo regime de competência. (C) as demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da Administração direta, autárquica e fundacional, excetuando apenas a empresa estatal dependente. (D) a obrigatoriedade de registros individualizados de recursos vinculados não se estende aos fundos de despesa. (E) as operações de crédito e inscrições de restos a pagar devem ser escrituradas de forma a evidenciar, pelo menos, o nome e dados pessoais do credor.</p>
<p>62. O TRF da 3ª Região realizou despesa para a aquisição de microcomputadores, <i>tablets</i> e <i>notebooks</i>. As notas de empenho foram emitidas no mês de setembro. Em outubro do mesmo ano foram entregues os microcomputadores. Após essa primeira entrega, o TRF promoveu o pagamento total da despesa. No mês seguinte os demais itens também foram entregues. Esse relato evidencia que houve descumprimento da Lei nº 4.320/1964, uma vez que foi constatada irregularidade</p> <p>(A) na fase de planejamento da despesa. (B) nas fases de empenhamento e liquidação da despesa. (C) na fase de pagamento da despesa. (D) nas fases de liquidação e pagamento da despesa. (E) nas fases de empenhamento, liquidação e pagamento da despesa.</p>	<p style="text-align: center;">Noções de Direito Constitucional</p> <p>66. Adeltrupes, domiciliado em Município que não possui sede da Justiça Federal, pretende ver reconhecida judicialmente a sua condição de segurado junto à Instituição do Regime Geral de Previdência Social, visto que esse pedido lhe foi negado na esfera administrativa.</p> <p>Para tanto, a ação poderá ser proposta</p> <p>(A) somente perante a Justiça Estadual da Comarca de seu domicílio. (B) somente perante a sede da Justiça Federal que detenha competência territorial sobre o Município em que domiciliado. (C) somente perante a sede da Justiça do Trabalho com competência territorial sobre o Município em que domiciliado. (D) perante a Justiça Estadual da Comarca de seu domicílio ou a sede da Justiça Federal que detenha competência territorial sobre o Município em que domiciliado. (E) perante a sede da Justiça Federal ou da Justiça do Trabalho que detenha competência territorial sobre o Município em que domiciliado.</p>
<p>63. Considere:</p> <p>I. Despesa expressamente definida em lei. II. Empenho prévio. III. Dotação própria. IV. Despesa que pode ser submetida ao processo normal de aplicação.</p> <p>Nos termos da Lei nº 4.320/1964, é regra atinente ao suprimento de fundos o que consta em</p> <p>(A) I, II, III e IV. (B) I, II e III apenas. (C) II e III, apenas. (D) I e IV, apenas. (E) II, III e IV, apenas.</p>	



67. Uma das classificações das normas constitucionais quanto a sua aplicabilidade foi proposta por José Afonso da Silva. Segundo a classificação desse autor, entende-se por norma constitucional de eficácia contida aquela que possui aplicabilidade
- (A) direta e imediata, produzindo de logo todos os seus efeitos, os quais, no entanto, podem ser limitados por outras normas jurídicas, constitucionais ou infraconstitucionais.
- (B) direta, imediata e integral, não estando sujeita a qualquer tipo de limitação infraconstitucional.
- (C) indireta e mediata, vez depender a sua plena efetividade de regulamentação infraconstitucional.
- (D) direta, imediata e integral, competindo ao Poder Público apenas regradar a forma de seu exercício por meio de normas administrativas infralegais, vedada qualquer limitação.
- (E) indireta e mediata, vez depender a sua plena efetividade da aplicação de outras normas constitucionais.
-
68. Em uma situação hipotética, a Câmara dos Deputados, por dois terços de seus integrantes, admitiu a acusação contra o Presidente da República por prática de crime de responsabilidade.
- Ante tal situação, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o afastamento do Presidente da República do exercício de seu mandato
- (A) será automático em virtude da decisão soberana da Câmara dos Deputados, única com atribuição para deflagrar o processo de impedimento contra o Presidente da República.
- (B) dependerá da instauração do processo pelo Senado.
- (C) dependerá da instauração do processo pelo Supremo Tribunal Federal.
- (D) dependerá do resultado do julgamento do processo pelo Senado Federal, por conta do princípio constitucional da presunção de inocência.
- (E) dependerá de decisão específica a esse respeito da presidência da Câmara dos Deputados, ratificada pelo Presidente do Senado Federal, vez que o afastamento não decorre do recebimento da acusação, nem da instauração do processo contra o Presidente da República.
-
69. A empresa Branca S/A, sociedade de economia mista controlada pela União, no exercício de sua atividade típica, causou dano ambiental que atingiu o Município de Dracena, no interior do Estado de São Paulo, o qual não é sede de Subseção da Justiça Federal.
- Em virtude de tal dano, o Ministério Público Federal irá propor ação civil pública em face da referida empresa. De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, a ação deverá ser proposta perante a Justiça
- (A) Federal, em razão da qualidade da Ré, controlada pela União.
- (B) Estadual, do local do dano.
- (C) Federal, em razão da qualidade do Autor.
- (D) Federal, tanto em razão da qualidade do Autor quanto da Ré.
- (E) Federal, em face do presumível interesse da União.
-
70. De acordo com a Constituição Federal, o cargo de Advogado-Geral da União, observados limites etários, o notável saber jurídico e a reputação ilibada, comporta provimento através de nomeação pelo Presidente da República, a qual será
- (A) precedida de eleição dentre todos os integrantes da carreira de Advogado da União, que formarão lista triplíce vinculativa.
- (B) livre, devendo, no entanto, recair em integrante da carreira de Advogado da União.
- (C) livre, devendo, no entanto, ser aprovada pelo Senado Federal.
- (D) livre, podendo, inclusive, recair em pessoa que não integre a carreira de Advogado da União.
- (E) livre, exercendo o titular do cargo mandato por prazo certo e determinado.
-
71. Abenebaldo, originariamente holandês, solicitou e obteve a sua naturalização brasileira no ano de 2014. Após o decurso de um mês do encerramento do processo de naturalização, apurou-se que em 2011, em seu país natal, Abenebaldo esteve comprovadamente envolvido em tráfico ilícito de entorpecentes. Sendo assim,
- (A) a naturalização será automaticamente cassada, devendo Abenebaldo ser imediatamente extraditado.
- (B) a naturalização será automaticamente cassada, devendo Abenebaldo ser imediatamente deportado.
- (C) Abenebaldo poderá ser extraditado, vez que o crime ocorreu antes de sua naturalização, o que não seria possível caso o delito tivesse sido praticado após tal ato.
- (D) Abenebaldo não poderá ser extraditado, vez que o crime ocorreu antes de sua naturalização.
- (E) Abenebaldo poderá ser extraditado, independentemente de o crime ter sido praticado antes ou após a sua naturalização.
-
72. Rivanildo, Juiz Federal, conta com quatro anos de exercício no cargo, sendo que há dois anos e meio é titular de Vara. Com a abertura de vaga junto ao respectivo Tribunal Regional Federal, inscreveu-se no concurso de promoção por merecimento. Neste caso, Rivanildo
- (A) poderá ser promovido desde que se encontre na primeira quinta parte da lista de antiguidade, ainda que haja, dentre os inscritos, juiz com mais de cinco anos de exercício no cargo.
- (B) poderá ser promovido se não houver, dentre os inscritos, Juiz com mais de cinco anos de exercício no cargo.
- (C) não poderá ser promovido por ausência de cumprimento de requisito temporal de exercício do cargo.
- (D) não poderá ser promovido por ausência de tempo de estágio como Juiz Titular.
- (E) poderá ser promovido por contar com tempo de estágio como Juiz Titular, ainda que não integre a primeira quinta parte da lista de antiguidade e concorra contra candidato que possua tal predicamento.
-
73. Nos termos do art. 5º, LIII, da Constituição Federal, "ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente".
- O dispositivo constitucional citado consagra o princípio
- (A) do juiz natural.
- (B) do contraditório.
- (C) da inafastabilidade da jurisdição.
- (D) da ampla defesa.
- (E) do devido processo legal.

Noções de Direito Administrativo

74. Janaina inscreveu-se em concurso público para determinado Tribunal. Os vencimentos iniciais eram bastante significativos, o que atraiu grande número de inscritos, sendo que não havia muitos cargos vagos para provimento.
- Após a divulgação do resultado da 1ª fase, diversos candidatos iniciaram discussões individualizadas, inclusive judiciais, sobre o gabarito, o que alongou por quase 06 meses a convocação para 2ª fase, para a qual Janaina já estava aprovada desde a primeira lista.
- Realizou-se a segunda fase e novo ciclo de discussões foi iniciado, dessa vez para questionar também as avaliações impostas após a prova oral.
- Considerando que o número de candidatos da fase seguinte guardava proporcionalidade com número certo de aprovados da fase anterior, a Administração pública aguardava o tanto quanto possível a definitividade das decisões judiciais que impactassem na continuidade do certame.
- Passados quase dois anos entre o início do concurso e sua conclusão, Janaina, finalmente aprovada e empossada, ajuizou ação judicial para pleitear indenização em face do Poder público pela excessiva demora na realização do certame, baseando-se no valor dos vencimentos previstos para o cargo. Essa medida
- (A) é pertinente com o disposto na Constituição Federal, que prevê a responsabilidade objetiva do Estado pela prática de atos ilícitos, tendo em vista que a não nomeação de Janaina se consubstancia em ato administrativo eivado de vício de legalidade.
- (B) não possui perspectiva de procedência, tendo em vista que a submissão do concurso ao edital que o disciplina não impede a possibilidade de questionamentos por parte dos candidatos, inexistindo direito consolidado à aprovação, ainda que não tenha havido qualquer irrisignação por parte da candidata em questão.
- (C) é improcedente, tendo em vista que somente se poderia cogitar do direito à indenização antes da aprovação e da posse da candidata, após o que fica sanada a ilicitude do ato que motivava a responsabilização.
- (D) é procedente, tendo em vista que qualquer ato do Poder público pode gerar direito à indenização em razão de responsabilidade objetiva, seja ele lícito ou ilícito, cabendo ao prejudicado pleitear a indenização que, no caso, deve equivaler ao valor dos vencimentos a que faria jus quando nomeado.
- (E) depende de comprovação de culpa por parte do Poder público, tendo em vista que diante da imputação de indenização pela prática de atos lícitos, impera a modalidade subjetiva de responsabilidade civil.
-
75. Arnaldo é servidor público estatutário há cerca de dez anos, classificado no setor de transportes da secretaria da educação e responsável pela logística das peruas que fazem o deslocamento dos alunos no trajeto casa-escola, escola-casa.
- No último mês, a diretoria da escola e a delegacia de ensino local começaram a receber diversas críticas sobre falhas no serviço de transporte das crianças, a ponto de terem sido narrados episódios de alunos que não foram incluídos no rol de atendimento, não obstante regularmente inscritos para tanto.
- Diante da recorrência, foi instaurada sindicância para apuração do ocorrido e identificado que Arnaldo não vinha realizando as programações de itinerário corretamente, comparecendo em repartições diversas para trabalhar, não no local correto.
- Instaurado processo administrativo disciplinar, a comissão disciplinar, no curso do inquérito administrativo, de acordo com o que dispõe a Lei nº 8.112/1990,
- (A) deverá providenciar a realização de perícia judicial, para atestar as condições de sanidade mental do acusado antes do prosseguimento do processo.
- (B) poderá denegar pedidos de vista dos autos na fase de instrução, inclusive do acusado, tendo em vista que a oportunidade de defesa e contraditório se exerce na fase de defesa.
- (C) poderá, com base nos elementos constantes da sindicância, propor que o acusado seja submetido a exame por junta médica oficial, caso exista dúvida sobre a sanidade mental do acusado.
- (D) deverá requerer que a sindicância, excepcionalmente, integre os autos do processo administrativo quando houver indícios de insanidade mental, para evitar a repetição de provas e possibilitar que o perito judicial designado administrativamente possa opinar sobre os fatos lá apurados.
- (E) poderá processar nos mesmos autos o incidente de sanidade mental, aproveitando a instrução do inquérito, para decidir pela conversão de sanção administrativa por medida de segurança.
-
76. O descumprimento de deveres e obrigações pode dar ensejo à aplicação de penalidades, devendo ser respeitada a relação entre a natureza e especificidade da sanção e a competência para sua imposição, tal como prevista na Lei nº 8.112/1990, do que é exemplo a penalidade de
- (A) suspensão superior a 30 dias, cuja competência para aplicação é privativa da autoridade máxima do ente ao qual esteja vinculado o servidor, qual seja, por exemplo, o Presidente do Tribunal Federal em questão.
- (B) suspensão, seja qual for o prazo, em razão da gravidade, privativa da autoridade de hierarquia imediatamente inferior à autoridade máxima do ente ao qual esteja vinculado o servidor, ou seja, por exemplo, Ministro de Estado.
- (C) demissão, privativa da autoridade máxima do órgão do ente ao qual esteja vinculado o servidor, ou seja, por exemplo, Ministro de Estado ou Presidente de Tribunal Federal.
- (D) cassação de aposentadoria, a ser aplicada pela autoridade máxima do ente ao qual esteja vinculado o servidor, como, por exemplo, o Presidente da República.
- (E) cassação de aposentadoria ou suspensão por prazo superior a 30 dias, cuja aplicação é competência privativa da autoridade máxima do ente ao qual esteja vinculado o servidor, ou seja, por exemplo, Ministro de Estado ou Presidente de Tribunal Federal.



77. Sobre o provimento de cargos públicos com base na Lei nº 8.112/1990 considere:

- I. A subscrição do termo de posse pelo servidor ocupante de cargo em comissão dá início a contagem do prazo para o efetivo exercício, que não pode exceder 30 dias, hipótese em que esse período já pode ser considerado para fins remuneratórios.
- II. Os cargos de provimento por nomeação ensejam posse por parte do servidor público, que se exerce mediante subscrição do respectivo termo, do qual constam os direitos e as responsabilidades inerentes ao cargo, bem como eventuais alterações nos deveres que sejam unilateralmente impostas pela Administração pública.
- III. Os cargos públicos que dependem de nomeação sujeitam o servidor ao empossamento, cujo prazo não se confunde com o legalmente fixado para o início do exercício, que se dá com o efetivo desempenho das atribuições daquele cargo.

Está correto o que consta em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II, apenas.

78. A escolha da modalidade licitatória a ser utilizada pela Administração pública é prerrogativa da autoridade competente para a contratação, decisão que

- (A) pode ser discricionária, baseada nas opções constantes da legislação, tal como o leilão ou o pregão para a alienação de bens inservíveis.
- (B) é invariavelmente vinculada, tendo em vista que o cabimento de cada modalidade de licitação está expressamente arrolado na legislação vigente para as hipóteses de contratação pretendidas.
- (C) pode ser discricionária, cabendo ao administrador fundamentar e justificar a escolha feita, tal como na escolha da modalidade leilão para a alienação de bens imóveis adquiridos por meio de adjudicação em execuções fiscais.
- (D) pode ser vinculada, quando a lei descrever a modalidade cabível para uma hipótese, como no caso das contratações de bens e serviços de natureza comum, que deve ser realizada por meio de pregão.
- (E) é discricionária, posto que cabe ao administrador justificar a escolha da modalidade de licitação a ser escolhida visando ao resultado pretendido, com base em critérios de conveniência e oportunidade, como no caso da alienação onerosa de imóveis, que pode ser realizada por meio de leilão ou concorrência.

79. A qualificação de um contrato firmado com a Administração pública como administrativo traz implicações para dotar a contratante de prerrogativas que, quando utilizadas, garantem ao contratado determinadas e proporcionais contrapartidas ou direitos, como no caso

- (A) da Administração pública alterar unilateralmente o contrato administrativo, impondo ao contratado a concordância com as novas disposições e obrigações, seja para aumento, seja para supressão de objeto, desde que com fundamento de interesse público e mediante indenização preestabelecida em favor do privado.
- (B) da rescisão unilateral, faculdade atribuída exclusivamente à Administração pública nos casos arrolados na lei, garantido ao contratado a remuneração pelos serviços prestados até a data da extinção do contrato, para evitar enriquecimento ilícito, vedado agregar ao montante a ser pago o custo da desmobilização.
- (C) da aplicação de sanções pela Administração pública em face do contratado diante dos casos de inexecução parcial, requisitos que permitem, no caso de reincidência, a rescisão unilateral do ajuste, vedada qualquer remuneração em favor do contratado, independentemente dos serviços prestados, em razão da culpa pela extinção do ajuste.
- (D) de alteração unilateral do ajuste pela Administração pública, inclusive para supressão de objeto, nos casos em que assim justificar o interesse público, ficando o contratado obrigado a aceitar a imposição nos casos de contrato de obras de reforma até o limite de 50% do valor contratado.
- (E) da Administração pública, nos casos legalmente previstos de rescisão de contratos cujo objeto seja a prestação de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens imóveis e móveis do contratado, bem como utilizar o pessoal empregado na execução do contrato, para garantir a continuidade do serviço, cabendo ao contratado a remuneração pelos serviços prestados, de cujo montante pode ser descontado o valor correspondente aos prejuízos causados pela inexecução adequada do contrato.



80. O princípio que obriga a Administração pública à prévia licitação para contratação dos diversos bens e serviços de seu interesse convive com situações em que o certame se mostra dispensável ou inexigível. As hipóteses são várias, algumas que a lei escolheu excluir da obrigatoriedade de serem licitadas, outras cuja a realização do certame não se mostra possível ou adequada.
- Diante de um cenário em que a Administração pública precise firmar contrato para prestação de serviço de atendimento da população para orientação inicial e encaminhamento aos setores adequados de conhecido complexo que concentra vários serviços públicos em um mesmo local, é
- (A) possível declarar inexigibilidade de licitação para contratação de associação sem fins lucrativos que congregue portadores de deficiência física e pessoas com reconhecida hipossuficiência financeira, como forma de execução de política social.
 - (B) permitido dispensar a licitação para contratar associação sem fins lucrativos, de pessoas portadoras de deficiência física, tendo em vista que as atividades necessárias à Administração são condizentes com as limitações físicas dos associados, o que não afasta a necessidade do valor ser compatível com o praticado no mercado.
 - (C) necessário realizar licitação, tendo em vista que se trata de contratação de mão de obra, para cuja finalidade inexistente previsão legal de dispensa ou inexigibilidade de certame.
 - (D) dispensada a licitação para contratação de associações sem fins lucrativos, bastando à Administração pública comprovar essa condição e a respectiva declaração de utilidade pública emitida pelo ente da mesma esfera do potencial contratante.
 - (E) inexigível a licitação para os casos em que o contratado seja pessoa jurídica sem fins lucrativos e desde que o valor da contratação seja compatível com o praticado no mercado.
81. Dentre as vantagens expressamente previstas na Lei nº 8.112/1990 para os servidores, além dos vencimentos já previstos para remuneração,
- (A) a gratificação natalina é a única vantagem que integra os vencimentos para fins de cálculo de outras vantagens e adicionais.
 - (B) o fato gerador do adicional de insalubridade, em razão de sua distinção, não elide que o servidor perceba também o adicional de periculosidade, mas somente este último pode integrar a remuneração dos servidores.
 - (C) tanto o adicional de insalubridade, quando o adicional de periculosidade integram a remuneração dos servidores quando configurada habitualidade por tempo superior ao previsto para o estágio probatório definido para o cargo ocupado.
 - (D) o adicional por serviço extraordinário é obrigatoriamente remunerado com acréscimo em relação à hora normal de trabalho, não admitindo integração à remuneração, em razão de sua natureza indenizatória.
 - (E) a gratificação natalina não é considerada para fins de cálculo de outras vantagens pecuniárias, mas não afasta o pagamento do adicional de insalubridade ou de periculosidade, cabendo ao servidor, entretanto, optar por um dentre esses últimos.

Noções de Administração de Recursos Materiais

82. O almoxarifado de um determinado Tribunal Regional Federal movimenta anualmente R\$ 200.000,00 em *Stock Keeping Unit* – SKU's. Em função de algumas falhas no atendimento das requisições de materiais, foi solicitada pelo gestor do almoxarifado uma classificação "ABC" seguindo novos parâmetros, conforme abaixo.
- Curva A: 70% do valor anual do consumo, em R\$.
 - Curva B: 20% do valor anual do consumo, em R\$.
 - Curva C: 10% do valor anual do consumo, em R\$.

Cada grupo reclassificado em A, B e C compõe-se por um número de SKU's, no qual cada um representa uma fração do total movimentado no estoque, conforme tabela abaixo.

CÓD SKU	Consumo/Utilização anual (em unidades)	Preço unitário (em R\$)
111	10.000	0,10
121	5.000	16,00
131	6.000	2,00
141	20.000	1,00
151	400	20,00
161	100	70,00
171	200	300,00
181	30.000	0,20
191	10	200,00
201	4	1.000,00
TOTAL	71.714	

Após a reclassificação, os grupos A, B e C podem ser representados, respectivamente, por:

- (A) 20% – 30% – 50%.
- (B) 50% – 30% – 20%.
- (C) 70% – 20% – 10%.
- (D) 20% – 50% – 30%.
- (E) 50% – 20% – 30%.



83. A política de estoque de um Tribunal Regional Federal adota, como um dos seus princípios, o estoque mínimo (que deve ser de um mês de consumo para cada um dos itens em estoque). Ao rever seu processo interno de compras e negociar com três dos seus fornecedores, os tempos de reposições foram alterados conforme abaixo.
- Fornecedor 1 (Forn1): tempo de reposição 30 dias.
 - Fornecedor 2 (Forn2): tempo de reposição 60 dias.
 - Fornecedor 3 (Forn3): tempo de reposição 90 dias.

Diante destas alterações nos tempos de reposições do estoque, foram identificados dez itens que são abastecidos por estes fornecedores, conforme tabela abaixo.

Item	Consumo/Utilização mensal (em unidades)	Fornecedor	Estoque disponível (em unidades)
10	10	Forn1	18
11	30	Forn2	120
12	25	Forn1	37
13	15	Forn2	92
14	60	Forn1	74
15	2	Forn3	5
16	50	Forn3	300
17	5	Forn1	23
18	20	Forn2	41
19	35	Forn3	165
Total	252		875

Os itens que se encontram abaixo do seu ponto de pedido de compra são:

- (A) 15 – 17 – 10.
- (B) 11 – 13 – 16 – 17 – 19.
- (C) 10 – 15 – 17 – 18.
- (D) 10 – 12 – 14 – 15 – 18.
- (E) 11 – 13 – 16 – 19.

84. Os custos de manutenção de estoque são muito importantes, pois refletem uma fração do custo de um serviço prestado por uma organização pública. Sobre custos diretamente relacionados à manutenção de estoque, considere:

- I. O custo de obsolescência estima a taxa em que o valor de um SKU decresce tanto em relação ao seu valor de mercado, como pela sua própria deterioração.
- II. O custo do capital expressa, efetivamente, o custo de oportunidade do capital. Podendo ser avaliado pelo custo médio ponderado de capital.
- III. Os custos marginais associados à emissão, ou ao recebimento de um pedido extra, devem ser considerados como custos de manutenção de estoque.
- IV. Os custos de recebimentos podem ser contraídos independentemente do tamanho do pedido, contudo os custos de recebimentos baseados no volume não devem ser incluídos para o cálculo da manutenção de estoque.
- V. O custo de ocupação reflete a alteração marginal no espaço causado por mudanças no estoque cíclico.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, IV e V.
- (C) II, III e V.
- (D) I, III e IV.
- (E) I, II e V.

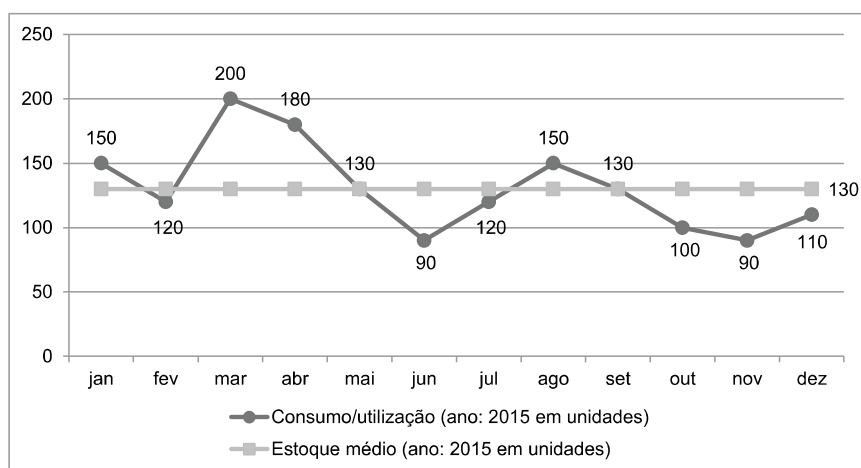
85. Um dos procedimentos mais relevantes do inventário que, quando mal organizado, pode gerar discrepâncias tanto de valor como de quantidade, entre o estoque físico e o contábil, é o

- (A) *Spin-off*.
- (B) *Start-up*.
- (C) *Break-up*.
- (D) *Cut-off*.
- (E) *Count-down*.



86. Decidir por estocar um item requer avaliar sua importância no que tange a representatividade econômica para a instituição e a demanda do usuário final. Esta avaliação pode ser efetuada utilizando-se a técnica do lote econômico de compra. Em uma situação hipotética, certa SKU tem utilização anual de 8.000 unidades, a um custo unitário de R\$ 20,00. Sabendo-se que o custo do pedido é de R\$ 50,00 e o custo de ocupação de estoque compreende a 30%, o lote econômico de compra para esta SKU corresponde a
- (A) 250 unidades.
 - (B) 365 unidades.
 - (C) 65 unidades.
 - (D) 120 unidades.
 - (E) 435 unidades.

87. O gráfico abaixo demonstra a evolução de um item de material de escritório do almoxarifado de determinada instituição.



Considerando a importância desse item para o andamento dos processos internos, ao avaliá-lo utilizando o indicador de rotatividade dos estoques, conclui-se que, no ano de 2015, este item teve um giro de

- (A) 36 vezes.
 - (B) 24 vezes.
 - (C) 12 vezes.
 - (D) 6 vezes.
 - (E) 18 vezes.
- Noções de Direito do Trabalho**
88. Josefa foi contratada pela empresa Mundo Global S/A para laborar de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 14h15, com 15 minutos de intervalo para refeição e descanso. Habitualmente, a pedido da empresa, Josefa estendia sua jornada de trabalho até às 14h30, sendo mantidas as demais disposições contratuais.

Tendo em vista o cenário acima apresentado e de acordo com o entendimento sumulado pelo TST, no que tange a horas extras, Josefa

- (A) não terá direito ao pagamento de horas extras, uma vez que a jornada realizada não ultrapassa o limite legal de oito horas diárias.
- (B) terá direito apenas ao pagamento dos 15 minutos extras trabalhados, acrescidos do adicional legal ou convencional, além dos reflexos legais nas demais verbas contratuais.
- (C) terá direito ao pagamento dos 15 minutos extras trabalhados e mais 45 minutos extras relativos ao intervalo intrajornada não gozado corretamente, acrescidos do adicional legal ou convencional e reflexos nas demais verbas contratuais.
- (D) terá direito ao pagamento dos 15 minutos extras trabalhados e mais 01h00 extra relativa ao intervalo não gozado corretamente, acrescidos do adicional legal ou convencional e reflexos nas demais verbas contratuais.
- (E) terá direito ao pagamento dos 15 minutos extras trabalhados e mais 01h00 extra relativa ao intervalo não gozado corretamente, por dia efetivamente trabalhado, sem qualquer adicional legal ou convencional ou reflexo.



89. Joana, brasileira, casada, nascida em 01/03/1959, foi contratada pela empresa Mix Eventos Ltda., em 10/10/2010, na função de Auxiliar Administrativo.

Em julho de 2012, a empresa concedeu 30 dias de férias a Joana, relativas ao período aquisitivo de 2010/2011. As férias + 1/3 foram pagas de forma simples, no dia seguinte em que Joana retornou do gozo das férias.

Em 2013, a empresa concedeu férias de 20 dias a Joana, em julho, e mais 10 dias de férias em setembro, relativas ao período aquisitivo de 2011/2012, efetuando o pagamento das férias + 1/3 de forma simples, dois dias antes do início do gozo de cada período.

Por fim, em 2014, a empresa concedeu férias a Joana no período 15/09/2014 a 15/10/2014, relativas ao período aquisitivo de 2012/2013. As férias + 1/3 foram pagas de forma simples, dois dias antes do início do gozo.

Em dezembro de 2014, Joana foi dispensada sem justa causa, sendo quitadas as férias vencidas + 1/3, relativas ao período aquisitivo de 2013/2014; as férias proporcionais + 1/3; além das demais verbas rescisórias devidas.

Considerando a situação fática acima descrita:

- (A) as férias dos anos de 2012, 2013 e 2014 foram corretamente observadas pela empresa, eis que concedidas dentro dos períodos concessivos e pagas em época própria.
- (B) existe irregularidade apenas em relação às férias concedidas em julho de 2012, eis que foram quitadas fora do prazo legal, sendo devido o pagamento em dobro da remuneração total das férias, incluindo o terço constitucional.
- (C) há irregularidade apenas em relação às férias concedidas em 2014, pois o período concessivo não foi observado, sendo devido o pagamento em dobro da remuneração total das férias, incluindo o terço constitucional.
- (D) apenas as férias do ano de 2013 estão corretas, eis que concedidas dentro do período concessivo, fracionadas de forma correta e pagas dentro do prazo legal.
- (E) as férias dos anos de 2012, 2013 e 2014 não foram concedidas de forma regular.

90. Rosa Maria trabalhou como Gerente de Produtos na empresa Limpe Bem Ltda., que aluga equipamentos de limpeza residencial e industrial. A empregada trabalhou para a referida empresa de 01 de agosto de 2012 até 10 de novembro de 2015, quando foi dispensada sem justa causa, com a concessão de aviso prévio indenizado.

Uma semana após a comunicação da dispensa, Rosa Maria voltou à empresa para devolver dois equipamentos de limpeza que havia levado para sua residência, indevidamente e sem o conhecimento da empresa, com o objetivo de limpar um cômodo de sua casa.

Diante da situação fática apresentada e de acordo com o entendimento sumulado pelo TST, Rosa Maria

- (A) poderá ter sua dispensa imotivada convertida em dispensa por justa causa, perdendo o direito ao restante do respectivo período de aviso prévio.
- (B) poderá ter sua dispensa imotivada convertida em dispensa por justa causa, mas terá direito de receber todos os valores relativos à rescisão sem justa causa, com a compensação da quantia referente ao aluguel do equipamento utilizado indevidamente.
- (C) perderá o período restante do aviso prévio, mas terá direito a receber os valores relativos às férias vencidas e proporcionais acrescidas de 1/3 constitucional, décimo terceiro salário e saque do FGTS.
- (D) não poderá ter sua dispensa imotivada convertida em dispensa por justa causa, porque o ato faltoso foi cometido antes da concessão do aviso prévio, não sendo mais possível alterar o motivo determinante da ruptura do contrato de trabalho.
- (E) poderá sofrer a aplicação de uma penalidade como a advertência ou suspensão, mas não poderá ter sua dispensa imotivada convertida em dispensa por justa causa.

91. Maria Lopes, gerente administrativa de uma grande multinacional, recebe por mera liberalidade e a título gratuito, desde o início do contrato de trabalho, de forma integral, o ressarcimento de todas as despesas relativas ao aparelho celular utilizado em serviço e para ligações particulares. Recebe ainda, da mesma forma, o reembolso do combustível gasto durante o mês. A empregada trabalha internamente e não necessita do veículo para o desenvolvimento de suas atividades. O pagamento dessas verbas é realizado mediante depósito bancário em sua conta corrente e não é lançado nos recibos de pagamento. Diante dos fatos,

- (A) os valores reembolsados relativos à utilização do aparelho celular e combustível têm natureza salarial e deveriam ser lançados nos recibos de pagamento.
- (B) os valores reembolsados relativos à utilização do aparelho celular não têm natureza salarial, mas os valores pagos a título de combustível têm natureza salarial.
- (C) os valores reembolsados relativos ao combustível não têm natureza salarial porque apesar de a empregada trabalhar internamente, o veículo é utilizado para o trajeto de sua residência até a empresa.
- (D) o reembolso dos valores relativos à utilização do aparelho celular e combustível não precisa ser lançado nos recibos de pagamento porque tais valores não têm natureza salarial.
- (E) os valores reembolsados relativos à utilização do aparelho celular e combustível não têm natureza salarial se não excederem 50% do salário percebido pela empregada.



92. Judith Cristina, assistente administrativo na empresa Sem Rumo Representação Comercial, foi dispensada sem justa causa em 14/10/2015, sendo quitadas todas as verbas rescisórias inerentes ao contrato de trabalho.

No dia 30/10/2015, após um mal estar, Judith Cristina passou por uma consulta médica quando, então, foi constatado que estava grávida, com 6 semanas de gestação.

Após seis meses do nascimento da criança, Judith Cristina procurou a empresa Sem Rumo Representação Comercial e informou que, no momento da rescisão do contrato de trabalho, estava grávida.

Diante dos fatos e de acordo com o entendimento sumulado pelo TST, Judith Cristina

- (A) deve ser reintegrada, com o pagamento dos salários e demais verbas relativas ao período posterior à reintegração.
- (B) deve ser reintegrada, com pagamento de todos os salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade.
- (C) tem direito apenas aos salários e demais verbas correspondentes ao período de estabilidade, tendo em vista o término do período relativo à garantia de emprego.
- (D) não tem direito aos salários e demais verbas correspondentes ao período de estabilidade, uma vez que não comunicou a empresa antes do nascimento da criança.
- (E) não tem direito à reintegração e aos salários, em razão do término da garantia de emprego.

93. João Fita é Operador de Máquina na Gráfica Imprima Bem Ltda. Desde a sua contratação, João Fita opera a máquina CPTD4 que, em funcionamento, emite ruídos acima dos limites de tolerância fixados pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social e recebe adicional compatível com o grau de insalubridade apurado.

Após a modernização do pátio gráfico, João Fita passou a operar a máquina CPTD5, que não emite qualquer tipo de ruído.

Em virtude disso, a Gráfica Imprima Bem Ltda. parou de pagar o adicional de insalubridade.

Diante dos fatos, a atitude da empresa

- (A) está correta, eis que, eliminados os riscos à saúde de João Fita, cessará a obrigação do pagamento do adicional de insalubridade.
- (B) não está correta, pois a Constituição Federal garante a irredutibilidade salarial.
- (C) está correta, porém João Fita terá direito à indenização correspondente a um mês do adicional de insalubridade suprimido por ano de trabalho nestas condições.
- (D) não está correta, pois o adicional de insalubridade integrou o contrato de trabalho de João Fita, não podendo ser suprimido.
- (E) não está correta, pois como se trata de alteração do contrato de trabalho, o consentimento João Fita é obrigatório e só terá validade se a condição for mais benéfica ao empregado.

94. Maria Dolores, analista de sistemas da empresa Digital S/A, ficou afastada de suas atividades durante quatro períodos: 14 dias, em razão de um pequeno acidente doméstico; 03 dias, em virtude de casamento; 10 dias, em razão de uma cirurgia de retirada de varizes e 03 dias, em razão de suspensão disciplinar.

Analisando-se a situação acima, o contrato de trabalho de Maria Dolores, durante os afastamentos esteve, respectivamente,

- (A) suspenso, suspenso, interrompido e interrompido.
- (B) interrompido, interrompido, suspenso e suspenso.
- (C) suspenso, interrompido, interrompido e interrompido.
- (D) interrompido, suspenso, suspenso e interrompido.
- (E) interrompido, interrompido, interrompido e suspenso.

95. Adonis trabalha como soldado da Polícia Militar, em escala 12x36, das 6h00 às 18h00. Em todas as suas folgas, prestava serviços de forma pessoal e subordinada para uma empresa de segurança, fazendo a escolta de caminhões de carga, mediante o pagamento de salário mensal, sem registro em sua CTPS. Após dois anos de trabalho para a empresa de segurança, Adonis foi dispensado sem o recebimento das verbas rescisórias. Por esta razão, pleiteou o reconhecimento do vínculo empregatício e o pagamento das verbas salariais e rescisórias devidas durante a prestação de serviços.

Segundo o entendimento sumulado pelo TST, o reconhecimento do vínculo empregatício entre o policial militar e a empresa de segurança

- (A) não é devido, porque o policial militar está proibido de trabalhar para empresas privadas, em suas horas vagas.
- (B) não é devido, porque o policial militar trabalhava apenas em dias alternados, não havendo habitualidade.
- (C) não é devido, pois Adonis, por ser policial militar, não estava sujeito às ordens da empresa de segurança, nem poderia ser punido com advertência ou suspensão.
- (D) é devido, tendo em vista que preenchidas as características da relação de emprego, independentemente do eventual cabimento de penalidade disciplinar prevista no Estatuto do Policial Militar.
- (E) é devido, pois a prestação de serviços foi pessoal, habitual, subordinada e onerosa, porém, é vedada a aplicação de qualquer tipo de penalidade disciplinar pela corporação ao policial militar, bem como o registro em sua CTPS.

Noções de Gestão de Recursos de Tecnologia da Informação

96. Um Analista Judiciário da Área Administrativa do TRF3 deseja solicitar ao departamento de Tecnologia da Informação – TI o desenvolvimento de um sistema de informação para fazer com que cada vez que uma resma de 500 folhas de papel sulfite seja retirada do estoque, um registro apareça, automaticamente, nos computadores da empresa fabricante e fornecedora de papel sulfite, de forma que ela possa fabricar a quantidade necessária e enviar diretamente ao TRF3, eliminando distribuidores e reduzindo custos de armazenamento. Neste caso, o sistema de informação que o Analista deseja solicitar é um

- (A) *Customer Relationship Management* – CRM.
- (B) *Supply Chain Management* – SCM.
- (C) *Enterprise Resource Planning* – ERP.
- (D) *Knowledge Management System* – KMS.
- (E) *Transaction Support System* – TSS.



97. Dada a urgência no desenvolvimento de um *software*, a equipe de Tecnologia da Informação – TI do TRF3 resolveu utilizar uma das metodologias ágeis de desenvolvimento de sistemas. Um dos princípios destas metodologias é dar maior prioridade

- (A) aos procedimentos e ferramentas do que às pessoas e suas interações.
- (B) ao desenvolvimento de uma documentação abrangente do que às funcionalidades.
- (C) à negociação de contratos do que à colaboração com clientes.
- (D) a responder a mudanças do que a seguir um plano pré-estabelecido.
- (E) ao desenvolvimento completo do *software* do que a fazer entregas parciais.

98. Todos os computadores conectados na Internet recebem um número de endereço IP, formado por quatro séries de números separados por pontos. Assim, um endereço possível para o site do TRF3 é

- (A) 344.241.0.122
- (B) 324.255.0.128
- (C) 512.256.128.64
- (D) 257.266.13.1
- (E) 177.43.200.30

99. Para gerenciar os serviços de Tecnologia da Informação – TI um Analista do TRF3 deve adotar um modelo baseado nas melhores práticas de gerenciamento de serviços utilizadas com sucesso nas organizações. Já para a governança e gestão de TI deverá adotar um *framework* que traz boas práticas para a governança e gestão da TI.

A escolha do Analista deverá ser, respectivamente,

- (A) ITIL – COBIT.
- (B) CMMI – MPS.BR.
- (C) BSC – PRINCE2.
- (D) ITIL – CMMI.
- (E) SPICE – COBIT.

100. Um Analista em Tecnologia da Informação está participando de uma reunião de planejamento de um projeto do TRF3 que utiliza o PMBOK 5ª edição. Esta reunião, que envolve toda a equipe, objetiva definir e decompor as atividades do projeto e calcular o esforço necessário em cada uma delas. Inicialmente, está sendo realizada a subdivisão das entregas e do trabalho do projeto em componentes menores e mais facilmente gerenciáveis, no processo de

- (A) Sequenciamento das Atividades do Projeto.
- (B) Definição do Escopo do Projeto.
- (C) Criação da Estrutura Analítica do Projeto.
- (D) Classificação das Atividades do Projeto.
- (E) Controle do Trabalho do Projeto.